

# Ordem Urbana e Controle Social dos Comportamentos: um relato dos processos de atualização das formas de uso de estádios de futebol antes da Copa do Mundo de 2014

Marcos Veríssimo<sup>1</sup>

## Resumo

---

O objetivo deste artigo é colocar sob descrição parte do processo de implementação do conceito de “Choque de Ordem” pela Secretaria de Ordem Pública da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010. Tais operações de controle urbano visavam, segundo o conteúdo manifesto dos documentos que as justificavam, disciplinar os usuários dos equipamentos esportivos da cidade para padrões de uso supostamente mais compatíveis com competições a exemplo da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). Este trabalho compreende a breve etnografia que empreendi no estádio do Maracanã — onde se dará a final da Copa do Mundo — antes que fosse fechado para obras de adaptação aos novos padrões. Tais dados foram acrescidos por breves observações de campo feitas após a sua reabertura em 2013.

**Palavras chave:** “Choque de Ordem”; sociabilidades; conflitos; futebol; Rio de Janeiro.

## Abstract

---

The purpose of this article is to put under the description of the process of implementing the concept of “shock of order” by the Department of Public Order of the town of Rio de Janeiro in 2010. These control operations aimed at urban, according to the manifest content of the documents that warranted disciplinary users of sports equipment for city usage patterns supposedly more compatible with competitions like the World Cup Football

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (2013). Mestre pelo mesmo programa (2009). Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (2003). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2002). Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT -InEAC). Áreas de Pesquisa: Conflitos, Políticas Públicas de Segurança, Usos de Drogas, Antropologia Visual.

(2014) and the Olympics (2016). This work includes the soon ethnography undertaken at the Maracana stadium — where will the end of the World Cup — before it was closed for renovation to adapt to new standards. These data were added field observations after its reopening in 2013.

**Keywords:** “Choque de Ordem”; Sociabilities; Conflicts; Football; Rio de Janeiro.

### Considerações iniciais

“Eu quero mais é que vocês todos morram!”. Foi o que disse o dono de um bar localizado na esquina das ruas Professor Eurico Rabelo com Isidro de Figueiredo, no Rio de Janeiro. Este local fica em frente ao antigo Portão 19 (atual Portão 9) do Estádio Jornalista Mário Filho, conhecido como Maracanã, nome do bairro carioca onde foi construído para a Copa do Mundo de 1950. Era o dia 5 de dezembro de 2009 e, dentro de poucos instantes, teria início a última rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol daquele ano, na qual a partida mais importante seria disputada justamente naquele local e momento, entre o

Clube de Regatas Flamengo e o Grêmio de Porto Alegre. Para o primeiro, que chegara à rodada derradeira como líder do campeonato, bastava confirmar a vitória (o que acabou acontecendo) para sagrar-se pela sexta vez o vencedor de um dos campeonatos de futebol mais intensamente disputados do mundo. O clima era de festa dentro e fora do estádio.



**Figura 1.** Entrada do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, em 2010, pouco antes das obras de reforma que o mantiveram fechado por três anos. Foto do Autor.

Diante disso, o que teria feito vir à tona palavras tão pouco hospitaleiras (para dizer o mínimo) proferidas por um comerciante dentro de seu estabelecimento comercial? O “vocês” de sua fala estava claramente referenciado aos torcedores do Flamengo, que naquela ocasião tomavam as ruas, não só das imediações do estádio. Podiam ser vistos por toda a cidade. Faziam barulho, bebiam, comemoravam, antecipando o que viveriam em breve. Provavelmente desconfiará o leitor que o impropério fosse um desabafo despeitado de torcedor de outro time, incapaz de encarar com alguma naturalidade a festa da torcida adversária. E de fato ele se confessou torcedor do Fluminense (um dos rivais do Flamengo na cidade). Porém, devo adiantar, esse tipo de alteridade serve apenas em parte para explicar a natureza daquelas palavras. Havia outros fatores em questão.



**Figura 2.** A mesma entrada em 2013, após a reabertura. Foto do Autor.

O clima no bar estava tenso — e logo desconfiei que isso tinha alguma relação com o Decreto de número 30.417, de 22 de janeiro de 2009, assinado pelo então recém-empossado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Tal Decreto dispõe sobre a proibição do consumo e da comercialização de bebidas alcoólicas no entorno do Estádio Mário Filho em dias de jogos. No referido bar, seu interior e calçada, a poucos minutos do início da partida, nem de longe lembravam o colorido e o intenso burburinho que me acostumei a ver naquele lugar desde criança, em situações análogas a daquele dia, tradicionalmente ocupado pelas cores das torcidas. Em

vez disso, o que se via naquela ocasião (e que se tornou usual ver nos meses anteriores e seguintes) eram mesas e cadeiras vazias, poucas pessoas, bebendo refrigerante ou refresco, e a ausência dos cascos de cerveja no balcão e nas mesas. Em suma, era de alguma maneira estranho não ver os torcedores que ali paravam para beber e socializar antes e depois das partidas que iam assistir.

Uma equipe do assim chamado “Choque de Ordem”, da Prefeitura, postada precisamente defronte àquele bar, liderada pelo próprio secretário municipal de Ordem Pública, coibia, ostensivamente, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas, tanto pelos comerciantes dos bares do entorno, quanto por “vendedores ambulantes”. Foi nessa atmosfera tensa que uma mulher negra, de meia idade, e que trazia um saco transparente repleto de latas vazias de alumínio que acabara de catar pela rua, aproximou-se do balcão do bar e pediu um copo descartável. O comerciante prontamente se

inclinou a atendê-la. Acontece que ela mostrou-lhe uma lata de cerveja fechada que trazia encoberta e abriu-a, dizendo: “Vou beber uma e torcer pro meu Mengão!”. O semblante do comerciante logo se fechou diante daquele gesto, e ele não apenas recuou da intenção de lhe fornecer o copo descartável, como apressou-se a expulsá-la dali, saindo da parte interna do balcão e pegando-a no braço para conduzi-la para fora do bar de maneira bruta e proferindo todos os palavrões da língua portuguesa.

Multa e fechamento do estabelecimento eram as penas previstas para os comerciantes como ele, que porventura ignorassem o decreto, permitindo o consumo de bebida alcoólica em seu interior. Mesmo se, como era o caso, a venda da bebida não tenha sido feita ali. A senhora com o saco de latas, por sua vez, tão logo se viu humilhada em público, começou a xingá-lo, deu um longo gole diretamente na lata e gritou: “É Mengão, porra!”. Foi nesse momento, então,

que o homem disse que queria que morressem todos os flamenguistas. Algo que, suponho com alguma convicção, ele jamais diria se seu bar estivesse repleto de torcedores consumindo garrafas e garrafas de cerveja, como era comum acontecer ali até bem pouco tempo. Ao ser questionado sobre sua atitude por pessoas que consumiam bebidas não alcoólicas em seu estabelecimento, e que mostraram-se descontentes com a rispidez de sua conduta, ele respondeu o seguinte, ainda exasperado: “Não reclama comigo não... vai reclamar com eles ali, ó. Vai lá falar com o homem!” – apontando para a equipe do Choque de Ordem.

Após este episódio entrei no estádio para tomar assento e ver a partida para a qual havia ficado ansioso por boa parte daquela semana. Contudo, fui tomado gradualmente pelo *insight* de que aquilo que acabara de ocorrer era capaz de ensejar a construção de uma abordagem antropológica de um problema agora fartamente

posto na chamada *opinião pública*: o controle social dos comportamentos na cidade do Rio Janeiro em preparativos para grandes eventos esportivos, no nível de Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016). Como frequentador assíduo daquele estádio, já havia notado, nos meses anteriores, a série de mudanças em curso no que se refere, principalmente, à regulação dos usos de seus espaços. E neste ponto, a proibição da venda de bebidas alcoólicas no interior do Maracanã antecedeu em alguns meses o decreto do executivo municipal acima citado, que estendeu a proibição para o seu entorno. Depois, com o decreto de janeiro de 2009 e o esforço do poder público no que concerne ao seu cumprimento, a espera na fila para a compra do ingresso perdeu um de seus elementos constitutivos: as “latinhas” de cerveja que antes e desde muito tempo ali eram vendidas pelos “ambulantes”.



**Figura 3.** Imagem que retrata como era o bar onde a mulher foi expulsa porque pretendia beber uma cerveja no seu interior (evento que disparou a curiosidade etnográfica para os processos de controle social dos comportamentos na cidade do Rio de Janeiro). Foto do Autor, 2010.

Sem falar na quebra dos hábitos de sociabilidade já há tempos adquiridos, de viver entre um gole e outro as emoções deste esporte que, segundo o trabalho da antropóloga Simoni Lahud Guedes, pode ser tido como “um operador da identidade nacional” (Guedes: 1998: 12). A associação entre cerveja e futebol se constrói não apenas como um hedonismo por si só, mas como algo fundamental em relação à forma de sociabilidade entre pessoas tidas como amantes do esporte e que gostam de assisti-lo em grupos, seja em casa, no estádio ou no botequim. É o que mostra a disputa

das marcas de cerveja brasileiras pelos espaços do intervalo na transmissão dos jogos na TV, onde colocam suas mais ou menos sofisticadas campanhas publicitárias.

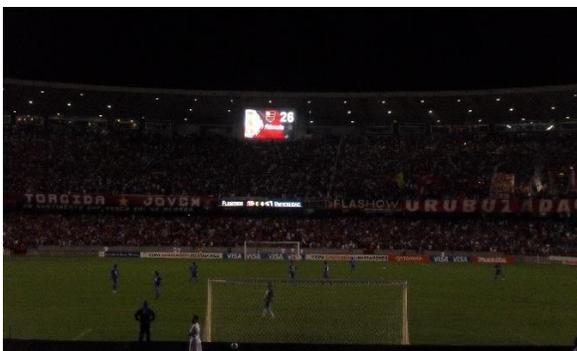
### **O olhar antropológico nas ruas e arquibancadas**

Por outro lado, como etnógrafo, entendi como tendo surgido a possibilidade de transformar aqueles momentos de lazer em água para o moinho do debate antropológico, partindo de tais *insights*, em busca da construção de um texto encompassado pela apreensão metódica da realidade. No caso, das mudanças impostas pelo poder público no que concerne aos usos dos espaços públicos dos estádios de futebol, de suas justificativas e de suas mais ou menos verossímeis motivações. Fazendo deste modo, julgo estar contribuindo, de maneira geral, para o robustecimento do conhecimento antropológico, e particularmente para as discussões em

torno do “urbano enquanto experiência processual, enquanto existência significativa e significativa em si mesma” (Mello & Vogel: 1985, 8).

O objeto inicial das reflexões contidas neste trabalho foi, portanto, o conjunto de medidas implementadas pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro e que vieram a ficar conhecidas na opinião corrente através do conceito de “Choque de Ordem”, bem como as estratégias dos usuários destes espaços públicos para lidar com tais mudanças a eles impostas. Como e em que medida o “Choque de Ordem” em suas diversas frentes foi pautando a atualização da relação que as pessoas têm com a existência significativa e significativa de seus espaços urbanos? No caso, o foco é o Maracanã e seu entorno, palco de espetáculos e manifestações memoráveis do futebol e da vida cultural carioca, através de times e torcidas, em histórias que se deram dentro de campo, nas arquibancadas, cadeiras, gerais e nas ruas.

No momento, o estádio e o seu entorno vivem a intensificação de um processo de mudanças em virtude do fato de que será ali o cenário da final da Copa do Mundo de 2014 e as cerimônias de abertura e fechamento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Tal processo foi iniciado há alguns anos, com as obras para os Jogos Panamericanos de 2007, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, a principal mudança feita foi a extinção da *Geral* — espaço onde se via os jogos de pé, mais próximo do campo, e que dava aos torcedores que ali assistiam os jogos uma identidade: a de *geraldino*, em oposição àqueles que viam os jogos na arquibancada, conhecidos como *arquibaldos*.



**Figura 4.** Maracanã em noite de jogo da Taça Libertadores da América do ano de 2010. Foto do Autor.

Com o fim da *Geral*, cadeiras foram colocadas em seu espaço, estendendo-se dessa maneira os domínios da área antes conhecida como das *cadeiras numeradas*, que ficavam debaixo das arquibancadas e acima da *Geral*. E no Maracanã que antecedeu às obras que o prepararam para estes eventos esportivos internacionais de grande monta, o ingresso da *Geral* era o mais barato, o das *cadeiras numeradas* um pouco mais caro do que o da *Geral*, o da arquibancada um pouco mais caro do que o das *cadeiras numeradas*, tendo ainda as chamadas *cadeiras especiais*, essas com um preço que era bem maior que o da arquibancada, e ocupando parte de um dos lados desta, na área que fica defronte ao

meio campo. Nas arquibancadas, o torcedor sentava-se diretamente nos degraus de concreto.

Esta questão do encarecimento dos ingressos do Maracanã já aparece após a reabertura do estádio em conformidade com o assim denominado “Padrão Fifa”. Em novembro de 2013, para os jogos da final da Copa do Brasil (campeonato nacional brasileiro que dá ao campeão uma vaga na Taça Libertadores da América do ano seguinte), os ingressos postos à venda para a partida entre Flamengo e Atlético Paranaense ficaram mais caros que os das finais de campeonatos continentais europeus, como a *Champions League*. Isso faz com que muitos interpretem esta série de mudanças nos estádios de futebol como uma espécie de *êxodo forçado* dos torcedores mais pobres, o chamado “povão”, das novas arenas esportivas. Para estes, restaria assistir (e “sofrer” com) aos jogos através das transmissões televisivas. E isto não seria um processo repentino, que tem a ver somente com os chamados

“grandes eventos”, e sim um movimento progressivo iniciado já há décadas.



**Figura 5.** 2010: Faixas colocadas pela prefeitura nas grades do entorno do estádio dão publicidade ao decreto que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas. Foto do Autor.

Pelo menos um fator estrutural das mudanças reforça esta hipótese: a diminuição progressiva (iniciada nos anos 1990) dos números de lugares disponíveis no estádio. Para que possamos fazer uma breve comparação, cumpre lembrar que a crônica esportiva costuma afirmar que em 1950, duzentos mil torcedores calaram por ocasião da derrota brasileira diante da seleção uruguaia na final da Copa do

Mundo, evento conhecido como *maracanazzo*; e que Fla-Flus na década de 1980 batiam facilmente a marca de 160 mil torcedores. Desde que sobre as arquibancadas de concreto foram postos assentos, a capacidade máxima do Maracanã já caiu para a metade.

E a diminuição na capacidade oficial do estádio para receber torcedores parece se coadunar com a diminuição das chamadas “massas” das arquibancadas, num processo que se intensifica cada vez mais nos últimos anos. No Campeonato Carioca de 2010, para o qual os ingressos subiram de preço em relação ao Campeonato Brasileiro de 2009, não foram raros os jogos, de times com grandes torcidas, em que o público total (somando *pagantes* e *gratuidades*) ficou aquém da marca dos dez mil torcedores.<sup>2</sup>

Fui ao Maracanã e assisti a diversos jogos do Flamengo no Campe-

<sup>2</sup> No Campeonato Brasileiro de 2009, cadeiras comuns custavam 20 reais, arquibancadas, 30 reais, e cadeiras especiais, 70 reais. No Campeonato Carioca de 2010, cadeiras comuns passam a custar 30 reais, arquibancadas, 40 e cadeiras especiais, 80. Na Libertadores da América de 2010 arquibancadas custaram cinquenta reais.

onato Carioca de 2010 e na Copa Libertadores da América de 2010, buscando sempre coadunar o papel passional do torcedor com a observação objetiva do etnógrafo em trabalho de campo, vivendo emoções, limitações, e conversando com conhecidos e desconhecidos colegas de arquibancada a respeito deste nada espontâneo “processo civilizador” (Elias: 2011) em pleno curso na cidade. E o material etnográfico assim reunido foi aqui complementado, de um lado, por entrevistas junto a atores envolvidos diretamente no processo (tais como gestores e operadores dessas políticas), e, de outro, pela incorporação de representações difundidas através da imprensa carioca no que concerne ao tema em questão.

Em junho de 2013, quando tudo parecia ser somente festa na abertura da Copa das Confederações em Brasília (tida como um “Evento-teste” para a Copa do Mundo de Futebol de 2014), uma imensa e demorada vaia surpreendeu e constrangeu a presidente

Dilma Rouseff, que por conta da intensidade como isso aconteceu foi impedida de fazer seu discurso. A presidente tinha ao seu lado Joseph Blatter, presidente da Fifa, que também ficou pouco à vontade e explicitou seu descontentamento. O evento estava sendo assistido por milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Desse modo, esta situação envolvendo futebol, mídia e grandes eventos funcionou como caixa de ressonância de insatisfações que vieram resultar nos atos e manifestações de meados de 2013. O aumento das tarifas de ônibus em várias capitais brasileiras, em articulação com o péssimo serviço oferecido no setor de transportes em grande parte delas (com o Rio de Janeiro em destaque), foi o estopim de passeatas e atos de repúdio em praticamente todas as cidades de grande e médio porte no país. Obviamente que a coisa não ficou restrita ao preço da passagem. A partir de tais reivindicações, novas pautas foram surgindo, e a questão dos gastos públicos com a

construção de estádios de futebol e reformas urbanas visando estes grandes eventos apareceu com força nesta série de atos, que já figuram com destaque entre momentos marcantes da vida política brasileira como “as manifestações de junho de 2013”.

### **Espaços, usos e regulações**

Já no início de seu primeiro mandato à frente da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o atual prefeito Eduardo Paes criou a Secretaria Especial de Ordem Pública (Seop), sendo a mesma “o órgão público municipal com competência, atribuída pelo Decreto nº 30.339, de 1º de janeiro de 2009, especificamente em seu artigo 5º, inciso X, para formular e implementar políticas públicas que garantam a manutenção da ordem pública” (Prefeitura Municipal do Rio De Janeiro: *caput*).

Através de seu funcionamento, políticas públicas visando à regulação

do comportamento social dos munícipes passam a ser implementadas, muitas vezes representadas nos meios de comunicação como excessivamente repressoras, ganhando assim o nome de “Choque de Ordem”. O significado deste conceito no contexto das intervenções do Maracanã e seu entorno é o do “combate” da assim chamada “desordem urbana”, tida neste modelo conceitual como o grande perturbador da ordem social, possível catalisador da sensação social de insegurança, terreno propício para a prática de crimes e ações mais ou menos violentas.

Subjacente a isso está a ideia de que os espaços públicos da cidade escolhida para sediar as Olimpíadas de 2016 e os jogos da Copa do Mundo de 2014 encontravam-se em estado de desordem generalizada. Nesta interessante *cruzada disciplinadora* que passou a ganhar corpo nas ruas da cidade, condutas antes tidas como normais ou corriqueiras — mais ou menos toleradas — passam a ser vistas como verdadeiros atos antissociais a serem

combatidos com vigor pelas agências municipais e estaduais empregadas nestas operações.

Sendo assim, passam a ser alvos preferenciais do “Choque de Ordem”, desde a atuação dos chamados flanelinhas — pessoas que exercem informalmente o ofício de vigiar carros em estacionamentos não regulamentados pela Prefeitura, cobrando pelo *serviço* preços que, na maioria das vezes, variam de acordo com o lugar e/ou a suposta posição social ostentada pelo condutor do carro em questão — até o antes socialmente aceito ato de urinar discretamente em locais ao abrigo de olhares pudicos. A repressão à camelotagem, já consolidada na cidade como uma das frentes de atuação da Guarda Municipal, ganha reforço com a criação da Seop. Na orla, vendedores de coco, praticantes de frescobol, e até mesmo os já tradicionais vendedores de mate gelado passam a ser muito mais acossados do que eram antes pelo poder municipal. A dimensão e o

impacto de tais mudanças têm ganhado as páginas dos jornais cariocas.

A proibição de jogos com bola na faixa de areia próxima à água nas praias do Rio, que está prevista para entrar em vigor no dia 1º de dezembro, deve acabar com as rodas de alinho e com as partidas de frescobol que, *apesar de marca registrada da orla carioca*, atrapalham a vida dos frequentadores e oferecem risco aos banhistas. Em fins de semana de sol a pino e praias cheias, são comuns os casos de pessoas, em especial crianças, machucadas com boladas, raquetadas e até chutes. Para garantir a eficiência do choque de ordem na orla, o secretário especial de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, já está adotando uma série de providências, como o aumento, de 96 para 400, do número de guardas municipais que vão atuar exclusivamente nas praias do Rio. Os “bandalhas” da areia estão entre as principais reclamações recebidas pela Prefeitura durante o verão. (Ribeiro e Britto: *O Globo*, 26 de outubro de 2009 – *grifo meu*)

É justamente articulado a todo este processo de mudanças — induzidas ou espontâneas — percebidas na forma como os cariocas lidam com, e interagem nos, seus tradicionais espaços de sociabilidade, formando suas “marcas registradas”, que surge o Decreto que cria o “Choque de Ordem” no Maracanã. Não podemos pensá-lo

sociologicamente sem considerar este cenário mais geral no qual veio se inserir, neste processo dinâmico e complexo de atualização de tais registros.

No que concerne às motivações específicas colocadas em seu *caput* para justificá-lo, diz o Decreto nº 30.417 que seu foco são “os atos de vandalismo que, frequentemente, em dias de jogos no Estádio Mário Filho,” perturbam a ordem pública, e ainda que “é recorrente a prática de atos de violência, sob a influência de bebida alcoólica, em dias de jogos no Maracanã”; e decreta (Artigo 1º), a proibição de “toda e qualquer comercialização de bebidas alcoólicas no entorno do Estádio Mário Filho (Maracanã) em dias de jogos, no período compreendido entre duas horas anteriores ao início do evento e duas horas posteriores ao evento naquela praça esportiva”.

A fala de um dos oficiais que trabalha no Grupo de Patrulhamento em Estádios da PM (Gepe), a quem tive a oportunidade de ouvir em entrevista,

é elucidativa do quanto as coisas ali ocorrem de forma muito mais complexa do que os regulamentos são capazes de prever e controlar. Segundo ele, a coibição de bebidas alcoólicas ajudou a reduzir, sim, o número de torcedores de um mesmo time que, após discussões, eventualmente se desentendem, podendo (às vezes) chegar às “vias de fato” — para utilizar a categoria empregada pelo policial. Mas as brigas de torcidas organizadas e os atos tidos como vandalismo por elas impetrados, com alto poder ofensivo, disse o entrevistado, “essas não vão acabar nunca... você sabe, né... eles vêm aqui pra brigar mesmo!”.



**Figura 6,** Mais uma faixa normativa do “Choque de Ordem” da Prefeitura: agora com foco nos chamados “flanelinhas”. Foto do Autor, 2010.

Ora, temos então que as iniciativas contidas no referido decreto, ao mirarem a “pacificação” dos grupos organizados de torcedores que protagonizam confrontos com enorme potencial ofensivo, paralisando o tráfego e mobilizando contingentes consideráveis de PMs e guardas municipais, acabam acertando, de maneira enviesada, na mitigação dos conflitos de proximidade entre torcedores que muito, muito dificilmente, iriam protagonizar atos de *vandalismo* nos espaços públicos da cidade. Não que não seja importante administrar institucionalmente os conflitos de proximidade. O que estou argumentando é que isso não tem, necessariamente, relação alguma com a “desordem urbana”.

Por outro lado, a maioria da população, que não tem tido outra alternativa senão aceitar as imposições, acabou por criar mecanismos de defesa e superação. Reverte os significados dos espaços que lhe são impingidos. Cria, às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassem as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Acumula-se desta forma um desconhecimento exponencial. Se o pensamento erudito sabia pouco dos usuários

que pretendia atingir, passa a saber menos ainda sobre os efeitos “distorcidos” de suas invenções. (Mello & Vogel: 1985, 12)

Neste sentido (o da criação dos mecanismos de superação), podemos citar a migração dos torcedores que não querem abrir mão da sociabilidade mediada pelo álcool antes de entrar no estádio, na direção de bares que se localizam imediatamente para além da delimitação instituída pelo referido decreto. É o caso do Bar dos Chicos, na rua Luiz Gama. Nos últimos jogos de 2010, enquanto o Bar e Restaurante das Torcidas — por onde se inicia este texto com as palavras nada simpáticas de seu dono — vai gradualmente se esvaziando após faltarem duas horas para o início dos jogos, o Bar dos Chicos, ao contrário, vai se enchendo de pessoas. Este último, inclusive, ampliou seu espaço, incorporando a loja ao lado, onde funcionava uma quitanda.

Recentemente, pressões exercidas por grandes corporações internacionais da chamada “indústria do ál-

cool”, que fazem parte do financiamento da Copa do Mundo, conseguiram derrubar a proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo. Até o momento, primeiro semestre de 2014, faltando pouco para o início da Copa do Mundo, tem prevalecido a interpretação de que durante a competição o Decreto proibitivo não vale. Ainda assim, é preciso aventar a possibilidade de entender todo este processo como parte de um pacote que compreende ainda projetos de reurbanização, infraestrutura, novas formas de policiamento e mudanças profundas dentro e fora dos próprios estádios. Em suma, é como se fosse necessário criar, por força de decreto e fiscalização, o torcedor ordeiro e civilizado, “de primeiro mundo”, apto a utilizar os novos equipamentos sociais da cidade renovada — que estaria muito longe do torcedor real, representado como sendo mijão, beberrão, violento e desordeiro.

Um amplo e bilionário projeto prevê a criação, em torno do Maracanã e em um raio bastante extenso, de parques, ciclovias, teleférico, e revitalização de áreas tidas como degradadas. O então vice-governador do estado do Rio de Janeiro afirmou, em entrevista ao jornal *O Globo*, que “o caderno de encargos da Copa do Mundo exige a reurbanização do entorno do Maracanã”. Algumas mudanças já transformaram significativamente o entorno do estádio.

Um dos morros mais tradicionais da cultura carioca, berço de bambas e da verde e rosa, enaltecido em letras de sambas memoráveis e vizinho do maior estádio de futebol do mundo, a Mangueira, tem um projeto de reurbanização pronto para acompanhar a futura instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Com a perspectiva de receber recursos da segunda fase do Programa da Aceleração do Crescimento (PAC 2), o governo do estado e a Prefeitura fizeram um projeto em conjunto. Ambicioso, ele prevê a integração da comunidade com outros importantes equipamentos urbanos do entorno, como o Estádio do Maracanã — onde serão realizadas a final da Copa e as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos —, a Uerj, o Hospital Pedro Ernesto, a Quinta da Boa Vista, o Jardim Zoológico e a calçada musical

de Vila Isabel. (Daflon: *O Globo*, 1º de abril de 2010)

As mudanças ocorrem tanto fora quanto dentro do Estádio. “Padrão Fifa reduz Maracanã” — este é o título da matéria publicada no caderno de esportes de *O Globo*, assinada por Luiz Ernesto Magalhães. Isso porque, segundo o subsecretário estadual de Obras, ouvido por ocasião da feitura da referida matéria, “a Fifa exige que, em diagonal, a distância máxima dos assentos até as linhas não ultrapasse 190 metros. Ficaremos com cerca de 12,9 mil lugares fora dessa regra. Não havia como atender à Fifa e manter o estádio como foi construído”.

Por outro lado, também foi ouvido o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Uma vez que o Maracanã é tombado por esta instituição, “uma das preocupações do Iphan é conciliar a arquitetura original do estádio com os pilares que terão que ser construídos para suportar a nova cobertura. E também com o impacto que terá a

construção de quatro novas rampas para facilitar a saída do público”. Em meio a imperativos e sistemas classificatórios distintos (como os da Fifa e os do Iphan) que, não raro, se confrontam e se contradizem, as obras foram sendo tocadas, e o chamado Novo Maracanã esta pronto.

Os custos para reformar o Complexo do Maracanã para realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007, cujas obras serão complementadas para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, deverão chegar a R\$ 745 milhões, segundo o último orçamento divulgado pelo governo do estado. Mas, ainda assim, o estádio não poderá ficar lotado nos jogos da Copa. Após a conclusão da nova reforma que começa em março, o Maracanã ainda ficará no anel superior com quase 13 mil assentos fora dos padrões estipulados pelo Caderno de Encargos da Fifa que não serão usados. Com isso, a lotação do estádio durante a Copa ficará limitada em cerca de 82,5 mil lugares (incluindo torcida, convidados da Fifa e imprensa), apesar de a capacidade total ser para 95,4 mil pessoas. (Magalhães: *O Globo*, 29 de janeiro de 2010)

Este referido Caderno de Encargos da Fifa é o documento ao qual os países postulantes ao lugar de organi-

zadores de uma Copa do Mundo precisam, necessariamente endossar. André Gil Ribeiro de Andrade, em artigo apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, aborda o caráter imperativo de tal documento, capaz, inclusive, de se sobrepor com relativo sucesso ao ordenamento legal local onde as copas do mundo de futebol são realizadas.



**Figura 7.** 2010: Placa do Governo do Estado dando conta de intervenções que ficaram sob sua responsabilidade. Foto do Autor.

Destaco, do texto de Andrade, algumas entre as várias exigências relativas ao “Poder Jurídico” com as quais os países-sede de copas do mundo têm que, necessariamente, se

adequar: 1) os contratos relativos à organização e à administração de possíveis conflitos daí resultantes devem estar submetidos à legislação suíça;<sup>3</sup> 2) o país-sede se compromete a promover a facilidade na obtenção de vistos para a permanência de estrangeiros durante a competição; 3) o fluxo do dinheiro deve ser livre; 4) as leis de mídia devem ser suspensas durante a Copa etc.<sup>4</sup> Além disso, “há também exigências como não poder ser [a Fifa] julgada no Brasil e, caso isso viesse a ocorrer, ter direito de ser ressarcida pelo país em caso de ter alguma despesa decorrente do caso” (Andrade: 2009, p. 13). Por isso é que, conforme dito acima, a proibição de bebidas alcoólicas no Maracanã e seu entorno não vigora durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

(...) Neste contexto, no caso, os países estão em uma posição absolutamente desfavorável em relação à corporação Fifa e ao seu poder hegemônico sobre o futebol. No entanto, eles são convencidos — ou se deixam convencer, por

<sup>3</sup> Fica neste país a sede da Fifa.

<sup>4</sup> Cf. Caderno de Esportes da *Folha de S.Paulo* de 25 de outubro de 2007.

meio deste tipo de ideologia —, que levarão vantagens econômicas e simbólicas com a realização do evento, estabelecendo-se assim o que Laura Nader chama de “uma situação de ganhador-ganhador”, resultado de uma ideologia em que as vantagens se apresentam para todos que se engajaram para produzir o resultado esperado. A ideologia da *harmonia* serviria assim de veículo para que se estabeleça um consenso prévio quanto à necessidade de uma acomodação de interesses que auxiliem na obtenção de vantagens para todos os polos envolvidos. (Andrade: 2009, 12 – *grifos do autor*)

Tais imperativos são fortes o bastante para ensejar políticas de reforma urbana articuladas com controle social dos comportamentos através da pedagogia disciplinadora e supostamente harmonizadora, subjacente aos decretos do tipo do 30.417. Mesmo que, como foi o caso da proibição de bebidas alcoólicas, eventualmente se conflitem com os imperativos de ordem econômica dos patrocinadores do evento. Recuando um pouco, no ano de 2004, César Maia, então prefeito do Rio de Janeiro, após a cidade ser oficialmente anunciada como a sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, assina um artigo no hoje extinto

*Jornal do Brasil* chamando atenção para as supostas vantagens que poderiam daí advir.

A centralidade esportiva de certos países em determinadas modalidades é um elemento ativador do conhecimento sobre aquele país, dos fluxos de eventos e, conseqüentemente, do *turismo*. Os levantamentos feitos sobre o *valor econômico do esporte*, com todos estes multiplicadores e outros mais não citados, mostram que nenhuma *atividade econômica* tem expressão maior sobre o PIB de uma nação. Alguns estudos, incluindo as projeções sobre o que é ativado nos dias de competição e o *valor dos espaços em mídia*, comprovam ser uma atividade que ultrapassa os 10% do PIB em economias maduras. (Maia: *Jornal do Brasil*, 2004 – *os grifos são meus*)

Para Maia — e por extensão, para os atuais administradores da cidade —, Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo, Olimpíadas, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude (evento da Igreja Católica que aconteceu em julho de 2013 no Rio de Janeiro, com a presença do Papa Francisco) devem ser, antes de tudo, vistos como a conquista de oportunidades econômicas locais. Para ele, “estare-

mos falando de muitos recursos, muitas empresas e muitos empregos que vão muito além dos eventos em si” (Maia, *id.*).

### **Ordem, sociabilidades e conflitos**

“Eu sou... / Eu sou da Raça, eu sou! / Vou dar porrada, eu vou! / E ninguém vai me segurar (nem a PM!)”. Assim é o mais famoso grito de guerra cantado dezenas de vezes em uma partida pela torcida organizada Raça Rubro Negra, tida como uma das mais aguerridas do Rio de Janeiro, protagonista de conflitos sangrentos com torcidas de times rivais. A *Raça* (como é mais comumente conhecida) é formada por milhares de torcedores rubro-negros, e exerce o domínio territorial de uma parte das arquibancadas — aquela junto ao gol no qual o Flamengo preferencialmente ataca no segundo tempo das partidas.

Dada a belicosidade do canto transcrito acima, creio que podemos

afirmar com uma boa dose de segurança que, embriagados por tais palavras, uma vez que se deixe afetar seriamente por elas, não há quem precise tomar bebidas alcoólicas para sentir-se propenso a “atos violentos”, sobretudo nos dias de clássicos entre os times tidos como as grandes equipes do Rio de Janeiro. Assim foi no Flamengo x Vasco do dia 22 de março de 2010, pela quarta rodada da Taça Rio, segundo turno do Campeonato Estadual de futebol. As dezenas de milhares de torcedores que se dirigiram ao Maracanã a despeito do forte temporal que desabou sobre a cidade minutos antes do início do jogo, conhecido na crônica esportiva como “clássico dos milhões”, testemunharam a vitória do Rubro-Negro por um a zero.

Na entrada daquele jogo, ainda que pareça contraditório (como de fato é), a desorganização promovida pelos organizadores do espetáculo — sobretudo no que se refere à limitação de acessos para a entrada dos torce-

dores no estádio — fez com que muitos, como eu (apesar de ter comprado ingresso com antecedência), tivessem no momento do início da partida presos numa imensa fila do lado de fora do estádio. Estranhamente, em um dia de clássico como aquele, menos da metade das roletas por onde passam os torcedores estava em funcionamento, ao contrário do que aconteceu nos outros jogos tidos como comuns, que, juntos, compõem esta etnografia. Ao mesmo tempo, a revista pessoal feita por policiais na entrada foi ligeiramente mais cuidadosa e demorada. Estes dois fatores certamente contribuíram para a formação da imensa fila do lado de fora da rampa de acesso às arquibancadas.

E ainda assim, quando olhamos para os projetos que preparam os equipamentos e o público para os eventos internacionais de grande magnitude que se aproximam, podemos notar claramente que, para aqueles que os implementam, o torcedor é que tem que ser disciplinado através

de decretos. Este torcedor estereotipado como sendo violento e desordeiro, que vai tentar, à sua maneira, elaborar estratégias e irreverências, procurando novos lugares para beber, aprendendo a conter a urina por mais tempo e por tantas outras formas de atualizar seus hábitos e pertencimentos socioespaciais.

Nossa visão do espaço privilegia explicitamente o aspecto processual, a dinâmica que resulta dos diversos usos possíveis. A razão da escolha é teórica: não acreditamos na existência prévia e estanque de um conjunto de regras apostas em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo, a sociedade estará também construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes. (Mello & Vogel: 1985, 49)

Voltando ao *clássico dos milhões*, na saída daquela partida, ainda dentro do estádio, no largo corredor que circunda a parte externa do anel e que dá acesso às rampas, os torcedores comuns — e por *comuns* quero designar aqueles torcedores que, como

eu, foram ao jogo sem fazer parte de nenhuma daquelas torcidas organizadas — eram forçosamente levados a dar passagem aos grupos de integrantes destas últimas, que passam em fileiras, levando os bambus que serviam (antes de serem proibidos) como mastro para as bandeiras. Tais grupos vinham cantando alto, comemorando a vitória e escoltados pelos policiais. Naquele dia, uma dessas pessoas, enquanto passava ao meu lado, assuou o nariz em minha direção, de modo que sua coriza encatarrada atingiu em cheio meu braço esquerdo, e ali se grudou. Seu ato pareceu, se não deliberado, alheio. Isso corrobora exatamente o que me disse o policial do Gepe, tal qual colocado na seção acima. Essa conduta não é de alguém que queira ficar em paz, embriagado ou não, e certamente não faria o mesmo, caso fosse ao Maracanã sozinho ou em um grupo de amigos ao invés de estar integrando aquele grande grupo que deixava o Maracanã em

meio aos seus gritos de guerra e escoltados pelos policiais.

Já do lado de fora, enquanto caminhava em direção ao ponto de ônibus pela avenida Maracanã, pude testemunhar uma imensa briga entre rubro-negros e vascaínos na esquina desta avenida com a rua São Francisco Xavier, que mais se assemelhava ao retrato de uma batalha campal. Morteiros e outros fogos de artifício foram utilizados como armas de ambos os lados. Um grupo de policiais montados em cavalos para lá se dirigiu com todo ímpeto, e as espadas já desembainhadas. Confrontos como este, me disse o oficial do Gepe, já são marcados pelas partes que se digladiam, dias antes do jogo, através da internet.

O que podemos inferir daí é que uma boa parte dos referidos *torcedores comuns*, espectadores do espetáculo do futebol, ao mesmo tempo em que se viram, de um lado, obrigados a modificar seus hábitos e rotinas no estádio por força de decretos, por outro

lado continuam ameaçados por conflitos urbanos (ou “atos de vandalismo”) que justamente esses decretos supostamente pretendiam erradicar. E quando porventura não conseguem lograr êxito, a culpa é sempre da *massa inculta*, desordeira, violenta, incapaz de comportar-se de maneira civilizada. Eis o dilema de boa parte das intervenções urbanas levadas a cabo no Rio de Janeiro.

Dessa maneira, a etnografia feita por Haydée Caruso no bairro da Lapa, no centro, na primeira década do século XXI, torna-se um interessante e profícuo ponto para comparação. Em “‘Choque de ordem na Lapa’: uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no ‘centro cultural’ do Rio de Janeiro”, a antropóloga propõe refletir sobre as formas de policiamento adotadas diante do cenário de transformações contemporâneas de uma Lapa entre o tradicional e a vanguarda, entre a degradação e a revitalização.

Mas no que consistia “limpar a Lapa”?  
Um dos principais responsáveis pela

execução da política salientou, em uma das entrevistas de campo, que a operação consiste em limpar a Lapa “dos desocupados”, “meninos de rua”, “pivetes”, “camelôs”, que sujam e desorganizam o local. Sendo assim, a operação se traduzia num “choque de ordem na Lapa”. Isto é, retirá-los daquele ambiente, reprimir o comércio ilegal, coibir o estacionamento irregular, fiscalizar os estabelecimentos que não possuem alvará de funcionamento, recolher o lixo, delimitar áreas para atuação de camelôs, ordenar o trânsito etc. A lista é ampla e os problemas listados pelo oficial são inúmeros. A citação aqui destacada sintetiza sua explicação sobre os objetivos em curso: “A Operação Lapa Limpa visa combater o lado fora da lei da Lapa, aqueles que não têm alvará, que vendem produtos ilegais... É preciso dar um choque de ordem na Lapa” (entrevista realizada com oficial da PM, 22 anos na corporação). (Caruso: 2010, 89)

Quem quer que andasse naqueles meses de 2010 em volta do Maracanã teria a oportunidade de ver que os motivos acima apareciam fartamente nas faixas afixadas ao redor do estádio, todas elas sob o título geral de “Choque de Ordem no Maracanã”. Vê-se: “Torcedor, respeite as regras do jogo: não beba no entorno do Maracanã”; “Não seja expulso de campo: fazer xixi na rua é penalidade máxima”; “Dê um cartão vermelho à pirataria:

compre produtos originais”; “De um cartão vermelho ao flanelinha: procure um estacionamento legal”.

Justamente por conta disso, o então comandante do Grupamento Tático Móvel da Guarda Municipal, a quem tive a oportunidade de ouvir em entrevista, afirmou que o número de ocorrências tipificadas como *desacato à autoridade* em que seus agentes se envolvem nas operações no entorno do Maracanã multiplicou-se exponencialmente. Isso porque não é crime beber cerveja. Logo, o inconformado torcedor que (sobretudo nos primeiros meses do Decreto nº 30.417) decidiu ignorar o novo regulamento e fosse abordado pelos guardas municipais, em casos extremos, era conduzido para a delegacia e enquadrado, não por ingerir uma bebida cujo consumo é perfeitamente lícito de acordo com o Código Penal. O tipo penal no qual era enquadrado seria então o desrespeitar

e desacatar as ordens do agente instuído pelo poder público para fazer cumprir o novo regulamento.<sup>5</sup> Conduta desafiante e conflituosa que, muitas vezes resultou em brigas entre torcedores, ambulantes e guardas municipais.



**Figura 8.** “Desmoralização” daqueles que urinam na rua em faixa de 2010. Foto do Autor.

Resultado: o número de assaltos e furtos registrados em dias e horários de jogos caiu em relação ao número de ocorrências relativas à desobediência à assim chamada “Lei Seca” do Maracanã. A resistência de antigos adeptos desta nova ilicitude, esteve na origem da inflação dos registros de desobediência. Ora, seria, por isso

---

<sup>5</sup> Agradeço ao advogado e cientista social Mario da Silva Miranda Neto, que foi a pessoa que primeiro me chamou atenção para esta forma de resolver o problema encontrada pela Guarda Municipal.

mesmo, demasiadamente ingênuo afirmar que o Choque de Ordem no Maracanã resultou em uma política de segurança capaz de coibir, não só o consumo de bebidas alcoólicas por torcedores, como também a ação de assaltantes e punguistas. Isso porque, em grande medida, o que ocorreu, entre outras coisas, foi a reorientação do policiamento no sentido de reprimir um novo tipo de ilicitude, antes tida como um hábito social perfeitamente esperado e aceito.

No dia 28 de abril de 2010, após o término do jogo entre Flamengo e Caracas, da Venezuela, pela Copa Libertadores da América, juntamente com outros milhares de torcedores que tomavam as ruas em volta do Maracanã, rumei em direção à avenida Radial Oeste para tomar uma condução de volta para casa. Assim que saí do espaço delimitado como sendo território onde o consumo e a venda de bebidas alcoólicas são proibidos, deparei-me com um ambulante que ven-

dia cerveja. Comprei uma lata e comecei a bebê-la, caminhando tranquilamente pela rua. Foi quando vi uma cena muito rápida no mal-iluminado trecho da avenida Paula Sousa, junto ao grande e extenso muro do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

Duas mulheres caminhavam tranquilamente no meio do fluxo de torcedores que se dirigiam ao ponto de ônibus da avenida Radial Oeste. Uma delas falava ao telefone celular. Foi quando um adolescente veio correndo em sentido contrário e num movimento muito rápido tomou-lhe o aparelho das mãos. A mulher ainda tentou reagir, os dois lutaram por segundos, mas por fim o assaltante saiu correndo com o aparelho em meio à pequena multidão no contrafluxo, sem que ninguém conseguisse detê-lo a tempo. Ainda pude ouvir o grito de "pega ladrão" ante aquela *ação relâmpago*, bem como o lamento indignado de um dos transeuntes que, como eu,

andava em direção ao ponto de ônibus: “Cadê a polícia agora?”. Está reprimindo o comércio e consumo de álcool, pensei.

### Considerações finais

Jane Jacobs, em *Morte e vida nas grandes cidades*, afirma, referindo-se a sociedades norte-americanas de meados do século XX, que “precisamos de todos os tipos de diversidade, intrinsecamente combinados e mutuamente sustentados” (Jacobs: 2003, p. 267). Isso seria necessário, fez questão de frisar a autora, “para que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização” (*id.*). Neste sentido, longe de querer defender aqui a ideia de que os espaços não devem ser regulados, busquei descrever parte de processos pretensamente civilizatórios, e demonstrar que os mesmos não se dão, de modo algum, na ausência de ordem

— mas sim ignorando (ou procurando ignorar) as ordens preexistentes à sua própria institucionalização.

O discurso progressista e racionalista, na arquitetura e no urbanismo contemporâneos, parece desempenhar a curiosa tarefa de máquina do tempo ao contrário. Não nos desloca para o futuro. Traz-nos o futuro, ou aquilo que se supõe ser o futuro. O presente é cheio de impurezas. Com suas manipulações, adaptações e ambiguidades, é sempre aquilo que não presta mais. O ideal do planejamento de viés racionalista seria (desejo às vezes realizado) encontrar um vazio. O discurso do planejador poderia preenchê-lo. Criar os espaços e dar-lhes um destino à sua medida. (Mello & Vogel: 1985, p. 134)

Muito dificilmente o torcedor do Maracanã do ano 2020 será como o torcedor que vemos pela televisão nos estádios italianos, espanhóis, holandeses etc., vestido de terno e gravata, por exemplo. Mas também já não o será como aquele que eu conheci no Maracanã de pouco menos de trinta anos atrás, onde se arremessavam sacos de milho, sacos com urina e até mesmo pilhas descarregadas nos outros (por pura diversão). Brincadeira de

mau gosto, já diria, provavelmente, algum torcedor contemporâneo.

Trata-se de falar da cidade a partir do usuário, e não a partir da perspectiva de quem, curvado sobre uma prancheta, pretende estabelecer as normas, valores, usos e traçados que a cidade deveria ter se quisesse, realmente, ser uma cidade *comme il faut*. Por esse motivo, o cotidiano, com sua inevitável mistura, com suas combinações complexas variáveis e cambiantes, devia ser verdadeira fonte e foco do conhecimento urbano. (Mello & Vogel: 1985, p. 78)

O antropólogo Gilberto Velho há muito que já chamava atenção para uma forma de fazer antropologia a partir de um esforço de estranhamento daquilo que nos parece familiar, corriqueiro, naturalizado (Velho: 1978). Ao colocar as coisas nestes termos, acabou por propor uma forma de fazer antropologia urbana a partir das experiências cotidianas do antropólogo, estruturadas a partir da *naturalização* de formas de ser, de sentir e de agir — mas que quando devidamente *desnaturalizadas*, permitem a tomada de consciência sobre os processos que a

constituem como tal. Com esta observação mais atenta que empreendi, daquilo que me parecia tão familiar enquanto ia se transformando, espero ter trabalhado em conformidade com tais princípios. Não tenho interpretações profundas a respeito desses processos, ainda em curso.

Ao invés disso, espero ter sabido oferecer material comparativo para futuros estudos — mais devidamente institucionalizados que esta *observação do familiar* que fiz — voltados para as formas de invenção de ordens e controle social dos comportamentos na cidade do Rio de Janeiro, em seus estádios de futebol e também fora deles. Por isso, talvez um possível etnógrafo olhando para o Maracanã (ou para a cidade do Rio de Janeiro) de 2020 possa se interessar por este trabalho, na busca por entendimento da dimensão processual das mudanças que terão mais ou menos se consolidado, formando o *caldo* para futuras transformações. Neste futuro próximo, a Copa e as Olimpíadas serão passado,

mas não o Maracanã e as torcidas que lhe dão vida e colorido em dias de jogos.



**Figura 9.** 2010: faixa contra à pirataria, comumente associada ao *comércio ambulante*. Foto do Autor.

Uma coisa me parece bastante clara: nestas primeiras décadas do século XXI, o carioca (como aconteceu em outras ocasiões como esta, em que as mudanças foram mais aceleradas do

que de costume) acabará tendo que reinventar formas originais de sociabilidade em virtude de intervenções planejadas nos espaços públicos em que circula, bem como de mudanças nas *regras* que orientam (ou desorientam) tal circulação. Isso é verdadeiro tanto no que concerne aos usos dos equipamentos esportivos e de lazer, como também fora deles, nas ruas etc. A edição e a implementação de leis para coibir, por exemplo, que as pessoas joguem lixo nas ruas, ou para regulamentar o estacionamento de veículos, sempre ganham na cidade do Rio de Janeiro um *verniz* de cruzada civilizatória.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, André Gil Ribeiro de. A Ideologia da Harmonia e a atuação da Fifa como "corporação internacional". Buenos Aires: VIII Reunión de Antropología Del Mercosur, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARUSO, Haydée. "Choque de ordem na Lapa": uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no 'centro cultural' do Rio de Janeiro. In KANT DE LIMA, Roberto et alii. *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DAFLON, Rogério. Um cenário com mais beleza. *O Globo*, 1o de abril de 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (v.1). Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: Eduff, 1998.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. "Padrão Fifa reduz Maracanã". Rio de Janeiro: *O Globo*, 29 de janeiro de 2010.

MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços públicos de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro: Finep/Ibam, 1985.

NADER, Laura. "A civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação". Niterói: XIX Reunião Brasileira de Antropologia, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Decreto no 30.417, de 22 de janeiro de 2009.

RIBEIRO, Carol e BRITTO, Thaís. "Contra as bandalhas na areia". Rio de Janeiro: *O Globo*, 26 de outubro de 2009.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.